



## **A INTERAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: A INCLUSÃO E O DESAFIO DE FAZER AMIGOS**

Raissa Oliveira de Mendonça<sup>1</sup>  
Luciana Bezerra de Souza Gianasi<sup>2</sup>

**Categoria:** Comunicação oral

**Eixo Temático/Área de Conhecimento:** Acessibilidade e Educação Especial

**RESUMO:** Este trabalho explora a forma como crianças com e sem deficiência se relacionam entre pares no contexto do ensino básico da escola pública, uma técnica da Teoria da Zona Muda, conhecida como Substituição. O uso de uma ilustração evocativa foi incorporada para mediar as entrevistas audiogravadas. Espera-se que os resultados apresentem aspectos das potencialidades e fragilidades na construção dos laços de amizade entre essas crianças e a maneira como tais aspectos influenciam na vida das mesmas e no sentimento de inclusão por parte das crianças com deficiência.

**Palavras-chave:** criança. inclusão. amizade.

### **1. INTRODUÇÃO**

A discussão acerca da pessoa deficiente vem sendo abordada sob vários aspectos nas últimas décadas, em todos os âmbitos, e percebeu-se a necessidade de aprofundar a compreensão do processo de construção de laços afetivos na forma de amizade entre o grupo de pares no contexto escolar. Haja vista, que a pessoa deficiente tem assegurado o direito ao acesso inclusivo às escolas comuns, por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº13.146, de 6 de julho de 2015),

---

<sup>1</sup> Raissa Oliveira de Mendonça. Graduanda do curso de Psicologia (FAPSI/IESB/UNIFESSPA).  
E-mail: rayoliveira123456@gmail.com

<sup>2</sup> Luciana Bezerra de Souza Gianasi. Docente do curso de Psicologia (FAPSI/IESB/UNIFESSPA).  
E-mail: lucianabsg@yahoo.com.br

É na infância que as primeiras relações sociais são estabelecidas, segundo Pimentel e Lima (2009), essa sociabilização é tão importante para a criança com deficiência quanto para a não deficiente, ajudando no processo de construção da cidadania. Silva e Galuch (2009), abordam que o processo de hominização se dá não somente pela maturação orgânica do homem, haja vista que o ser humano é um ser ontologicamente social e evoluiu a partir de interações com outros homens. Esses processos foram evoluídos ao longo da história do homem, e evidenciou momentos históricos desde então.

A interação social é um processo evolutivo que foi aperfeiçoado ao longo dos milênios. Segundo Paulo Freire (1981), o homem é um ser de relações que escreve sua história através de suas ações. Dá-se a entender que o homem precisa estabelecer interações com os outros para viver em sociedade, e isso é comumente instituído através da linguagem verbal e não verbal. A linguagem transformando-se através da história, passou de uma função de designação de objetos na atividade prática para uma função de acúmulo e transmissão de conhecimento indivíduo a indivíduo e através das gerações (SIQUEIRA; NUERNBERG, 1998). Essa mesma linguagem, torna possível que o ser humano estabeleça relações entre si, e formem grupos.

A relevância de pesquisar a construção de laços afetivos, na forma de amizade, entre crianças deficientes e não deficientes, essencialmente no âmbito escolar, é a de perceber quais barreiras ainda existem nas relações sociais dessas crianças, o que ainda dificulta o processo de interação. Além disso, de poder avaliar se as políticas de inclusão estão de fato incluindo e integrando as crianças deficientes ao ambiente escolar, possibilitando que as mesmas possam usufruir dos seus direitos, podendo-se constatar, também, qual o papel da criança não deficiente nesses processos. Nas palavras de Batista e Enumo (2004):

[...] é interessante estudar a presença de alunos com deficiência no ambiente regular de ensino, assim como as interações sociais que ocorrem naturalmente entre alunos com deficiência e os demais, focalizando o papel do outro como mediador de sua interação com a sociedade (BATISTA; ENUMO, 2004, p. 103).

Para que haja, dessa forma, “um movimento conjunto de toda a sociedade para uma atitude inclusiva de mudança” (OLIVEIRA; RESENDE, 2017, p. 298).

As crianças com deficiência foram por séculos negligenciadas e tratadas como incapazes, indignas e aberrações. Na Idade Antiga eram abandonadas, na Idade Média, durante o período da Inquisição, foram queimadas como hereges (PIMENTEL; LIMA, 2009). Dessa forma, nota-se que o histórico sócio-cultural da pessoa com deficiência é marcado por condições desiguais, nas quais não disponibilizavam lugar na sociedade para os deficientes, estes viveram às margens por centenas de anos, e aos poucos, conquistam seu lugar e seus direitos.

Ainda convém considerar também o pressuposto de Silva (2018), que destaca a importância de viver com o diferente, responsabilizando-se por tornar isso, algo comum, dividir espaços sem negligenciar os aspectos diferentes, apenas por achar que é suficiente seguir algumas leis e regras sociais, já que apenas isso não é suficiente para a formação humana.

A heterogeneidade do ser humano traz consigo diversos desafios, pois a aceitação ao diferente é um obstáculo contemporâneo, contudo, herança de tempos remotos. “[...] tudo que é diferente, foge à norma – que é anormal – ameaça a nossa frágil estabilidade social. Toda interação social é, por natureza, perigosa, porque nunca sabemos ao certo como a outra pessoa vai reagir ao nosso contato, e vice-versa [...]” (GLAT, 1995, p. 90). Não falamos apenas de contato, mas de relações (PIMENTEL; LIMA, 2009). A verdade, no entanto, é que a anormalidade e a criança anormal não recebem definições unívocas. Porém, no fim do século XIX, a atenção de uns e outros se volta para as situações escolares [...] (PLAISANCE, 2005).

Destaca-se a importância do estabelecimento de relações sociais. As relações com as pessoas na infância é um fator de socialização que pode promover positiva ou negativamente o ajustamento intrapessoal e interpessoal da criança. A reciprocidade no relacionamento com os pares possibilita fomentar o desenvolvimento cognitivo e pessoal, revelando o poder motivador destas relações (WISNIEWSKI; TOLENTINO, 2011). O grupo de pares ajuda as crianças a aprender como se relacionar em

sociedade – como ajustar suas necessidades e seus desejos às necessidades e desejos dos outros, quando ceder e quando permanecer firme. O grupo de pares oferece segurança emocional [...] (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 368).

A integração social é, antes de mais nada, um processo subjetivo e afetivo, e está relacionado à representação social – os estereótipos – que as pessoas de modo geral têm a respeito dos deficientes (GLAT, 1995). O alvo da intervenção fundada em concepções sociais precisa levar em conta condições geradoras de deficiência presentes nas coletividades humanas. Tais condições persistem e persistirão sempre, determinadas pela necessidade de se estabelecerem controles sociais para a gestão das diferenças (OMOTE, 2010).

Também denominados como grupos “minoritários”, essas pessoas deverão ser incluídas pela mudança de paradigma de Inclusão Social, onde a sociedade se forma para adaptar às necessidades das pessoas (OLIVEIRA; RESENDE, 2017). A inclusão acabar por exigir uma ruptura com o modo tradicional de ensino. [...] a proposta de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais procura evitar os efeitos deletérios do isolamento social dessas crianças, criando oportunidades para a interação entre as crianças, inclusive como forma de diminuir o preconceito (BATISTA; ENUMO, 2004).

A real inclusão educacional e social só se torna efetiva, quando não só os deficientes, mas a sociedade em geral, compromete-se em respeitar os direitos de igualdade dispostos a todos. A inclusão ou a exclusão de indivíduos portadores de necessidades é mais marcante no ambiente escolar (REIS; PRADO, 2004). A proximidade de uns com os outros e a sua interação viabilizam a afirmação do outro como sujeito, e é esse o ponto fundamental da necessidade e importância da inclusão social para todos (MAZZOTTA; D’ANTINO, 2011). É preciso que se compreenda que a inclusão é um processo subjetivo e inter-relacional.[...] (VIEIRA, DENART, 2012).

Glat (1995) fala sobre inclusão fazendo uma ligação direta com a integração, pois não basta só matricular o aluno, é necessário que haja responsabilidade social. Isso significa que não há como falar de inclusão e considerar apenas quem necessita

ser incluído, trata-se de uma teia que abrange bem mais que o próprio indivíduo. O comprometimento social é essencial, “[...] a criança que apresenta algum tipo de necessidade educacional especial necessita de contínuos momentos de interação, uma vez que sua condição social não é equivalente a das pessoa que não apresentam alguma deficiência [...]” (SILVA; GALUCH, 2009, p.1767). Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos (BRASIL, 2014).

A amizade é um contexto privilegiado para o desenvolvimento social, pois nessa relação a criança exercita habilidades interpessoais e adquire competências importantes, como a lealdade (SENA; SOUZA, 2010). Enquanto Silva (2018), traz como definição de amizade “um tipo de laço caracterizado pela densidade, amorosidade e, principalmente, pela diferença” (SILVA, 2018, p. 123).

De acordo com Lisboa (2005), a amizade, além de promover relações de confiança, quando acontecem com indivíduos de uma mesma faixa etária, pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação. Além disso, Wisniewski e Tolentino (2011), fazem inferência a amizade como importante para o processo de conhecimento individual que auxilia no desenvolvimento de emoções e cognições positivas acerca do self das crianças, e enfatizam que quanto maior a rede de amigos, e mais sólidas as relações de amizade, mais positivos são os sentimentos e pensamentos das crianças sobre si mesmas.

A amizade parece ajudar a criança a se sentir bem consigo mesma, embora também seja provável que crianças que se sentem bem consigo mesmas têm mais facilidade para fazer amizades (PAPALIA; FELDMAN, 2013). “[...] é fundamental considerar as consequências resultantes da limitação imposta pela deficiência, pois a situação social do sujeito é aletrada quando este tem um defeito orgânico diferenciado, seja desde o nascimento, seja a partir de certo momento de sua vida [...]” (SILVA; GALUCH, 2009, p 1765). As crianças podem passar boa parte de seu tempo livre em

grupos, mas apenas como indivíduos elas conseguem amigos. A popularidade é a opinião do grupo sobre uma criança, mas a amizade é uma via de duas mãos (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Segundo Menin (2006), os grupos tendem a possuir normas gerais, e os integrantes desses grupos tendem a apresentar discursos diários a favor de tais normas, contudo, há uma parte da Teoria das Representações Sociais conhecido como Zona Muda, que constitui-se de características da representação que vão contra as normas e que podem estar também contra os valores morais de determinado grupo, e que não são expressas diretamente durante os diálogos intergrupais. Para que haja a identificação dessa zona muda, são traçados métodos específicos de investigação, que podem ser o método da substituição e o da descontextualização normativa. Ambos visam de formas distintas, chegar à zona muda dos indivíduos, levando-os para fora do contexto normativo em que estão inseridos, para observar de forma verbal e não verbal, explícita ou não, as suas opiniões acerca de determinado conteúdo relacionado aos padrões normais do grupo.

O objetivo da presente pesquisa é analisar como se dá o processo de interação de crianças deficientes com os demais companheiros no âmbito escolar e avaliar quais são os maiores desafios na formação de laços afetivos, na forma de amizade.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Trata-se de um estudo transversal descritivo sobre como ocorrem as relações de crianças deficientes e não deficientes, como são construídos os laços afetivos essencialmente na forma de amizade, entre essas crianças. Tudo isso, no contexto das escolas de ensino público regular, da cidade de Marabá PA. Os participantes são crianças entre 6 e 12 anos de idade, portadoras e não portadoras de deficiência, frequentando escolas públicas de ensino regular, de Marabá PA.

As escolas foram selecionadas de acordo com a disponibilidade de turmas para a coleta de dados, sendo selecionadas 2 turmas que possuem no seu corpo discente uma criança portadora de deficiência. A estratégia metodológica de coleta de dados está fundamentada na teoria da “zona muda” das Representações Sociais (ABRIC, 2005).

Segundo o autor supracitado em parágrafo anterior, a “zona muda” faz parte da consciência dos indivíduos que é conhecida por eles, mas não pode ser expressa, porque o indivíduo ou grupo não quer expressá-la. Para o acesso à zona muda, utiliza-se a evocação livre de palavras, registrada por meio de entrevistas individuais audiogravadas. A evocação livre é estimulada por meio da apresentação de uma ilustração às crianças deficientes e não deficientes. Tal ilustração foi extraída de um curta-metragem denominado “Por que Heloísa?” e apresenta uma criança deficiente cercada por outras crianças.

A análise de dados consiste na organização e observação dos dados a partir da técnica da Análise de Conteúdo Temático Categorical, definida como “[...] uma descrição analítica, segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (OLIVEIRA, 2008, p.570). Os dados coletados são lançados no Microsoft Office Excel 2010, organizados em planilhas e analisados para a construção das conclusões.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Após o todo até agora descrito e alinhado ao método e objetivos do trabalho, espera-se que o resultado final apresente as formas como se dão as relações entre crianças com deficiência e sem deficiência, os pontos frágeis da construção dessas interações, e ainda, as potencialidades na amizade entre essas crianças, pois de acordo com Lisboa (2005), a amizade, além de promover relações de confiança, quando acontecem com indivíduos de uma mesma faixa etária, pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação.

É possível que ao final, apareçam demandas que elucidem as fragilidades das interações sociais, como situações de exclusão social e bullying, contudo é importante ressaltar que o desenvolvimento infantil interfere diretamente nesses aspectos. Papalia e Feldman (2013) abordam acerca da relevância da amizade e das interações na infância, para que a criança aprenda a se relacionar com os outros, “aprendem a resolver problemas em relacionamentos e a se colocar no lugar da outra pessoa; além de ver modelos de vários tipos de comportamento (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 310). Vygotski (1991), aponta que:

A criança, à medida que se torna mais experiente, adquire um número cada vez maior de modelos que ela compreende. Esses modelos representam um esquema cumulativo refinado de todas as ações similares, ao mesmo tempo que constituem um plano preliminar para vários tipos possíveis de ação a se realizarem no futuro. (VYGOTSKI, 1991, p. 19).

E ainda, espera-se conhecer melhor os aspectos da amizade na interação escolar, já que a amizade entre crianças que se relacionam bem, apesar de suas diferenças, pode enfatizar o impacto das interações sociais na vida dos indivíduos desde a infância. Assim, a amizade se trata de um verdadeiro enfrentamento ao homogêneo e por essa razão, é possível apontar que a amizade é um tipo de relação que pode proporcionar ruptura de formatos (SILVA, 2018).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho procura explorar como se dão as interações sociais da criança deficiente na infância essencialmente no contexto da escola pública, observando quais são os fatores que influenciam nessas interações e se os mesmos contribuem para a inclusão ou exclusão dessas. O uso de uma abordagem das Representações Sociais como proposta metodológica aplicada aos resultados esperados pode-se apresentar como uma teoria possível a ser aplicada à pesquisa com crianças. Tal proposta, exige adaptação e maleabilidade para que a linguagem seja acessível e livre de interpretações destorcidas e dessa forma, o instrumento adapta-se ao

contexto infantil, o que é destacado como de importância considerável, podendo contribuir positivamente para o desenvolvimento das investigações com criança deficiente no âmbito escolar.

## **REFERÊNCIAS**

ABRIC, J. C. A zona muda das representações sociais. In: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. F. Representações Sociais: uma teoria sem fronteiras. (Coleção Memória Social), Museu da República, Rio de Janeiro, p. 23-34, 2005.

ARONSO, E., et al. Psicologia Social. LTC, Rio de Janeiro, 8. ed., 2015.

BATISTA, M. W., ENUMO, S. R. F. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. Estudos de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 9, n.1, p. 101-111, 2004.

BAUMAN, Z. A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Zahar, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, SEEP, 2014.

FONTELLES, M. J et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa. Revista Paraense de Medicina, v. 23, n. 3, p. 1-8, ago., 2009. Disponível em: [https://cienciasaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo\\_C8\\_NONAME.pdf](https://cienciasaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf)

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas, São Paulo, 4. ed., 2008.

GLAT, R. Integração dos portadores de deficiências: uma questão psicossocial. Temas em Psicologia, v. 3, n. 2, p. 89-94, ago., 1995.

LISBOA, C. S. M. Comportamento agressivo, vitimização e relações de amizade de crianças em idade escolar: fatores de risco e proteção. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. *Saúde Soc*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

MENIN, M. S. S. Representação Social e Estereótipo: a Zona Muda das Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 43-52, Jan-Abr., 2006.

OLIVEIRA, A. L. M., RESENDE, M. C. Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 295-301, Maio-Ago., 2017.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Rev. enferm. UERJ*, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.

OMOTE, S. Caminhando com DIBS: uma trajetória de construção de conceitos em educação especial. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 16, n. 3, p. 331-342, Set.-Dez., 2010.

PAPALIA, D. E., OLDS, S. W., FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento Humano*. Artmed, Porto Alegre, 8. ed., 2006.

PIMENTEL, A. L. C.; LIMA, A. F. Interação Social do Pensamento Abstrato: possível e legítimo ao deficiente mental. In: Congresso Internacional da AFIRSE V Colóquio Nacional, 2009, João Pessoa. Políticas Educacionais e Práticas Educativas, Editora Universitária UFPB, João Pessoa, 2009.

PLAISANCE, E. Denominações da infância: do anormal ao deficiente. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 405-417, Maio-Ago., 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

POR QUE Heloísa?. Direção: Ari Nicolosi. Produção Executiva: Silvia Prado. Trilha Helio Zizquind. Roteiro: Cristina Soares. 11 min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=46XCByv4mrE>. Acesso em junho de 2018.

SENA, S. S.; SOUZA, L. K. Amizade, infância e TDAH. *Contextos Clínicos*, Vale do Rio dos Sinos, v. 3, n. 1, p. 18-28, Jan.-Jun., 2010.

SILVA, M. A. M.; GALUCH, M. T. B. Interação entre crianças com e sem necessidades educacionais especiais: possibilidades de desenvolvimento. V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Londrina, 2009.

SILVA, M. L. D. L.; et al. Inclusão escolar: um olhar sobre as condições de atendimento de alunos especiais numa escola municipal de Lucrécia/RN. In: Pesquisa em Educação: Unidade na Diversidade. Imprece, Fortaleza, v. 2, p. 636-643, 2015.

SILVA, R. B. Amizade, Diferença e Educação: reflexões a partir de Zygmunt Bauman. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 115-129, Jan.-Mar., 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623665748>

SIQUEIRA, M. J. T.; NUERNBERG, A. H. Linguagem. In: JACQUES, M. G. C. et al. Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1998.

REIS, C. M.; PRADO, A. L. C. A interação entre a criança normal e deficiente: uma descrição do comportamento interativo. Revista do Centro de Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 30, n. (1-2), p. 41-49, 2004.

VIEIRA, C. M.; DENART, F. E. Programa informativo sobre deficiência mental e inclusão: mudanças nas atitudes sociais de crianças sem deficiência. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 2, p. 265-282, Abr.-Jun., 2012.

VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente. Martins Fontes, São Paulo, 1991.

WISNIEWKI, M.; TOLENTINO, P. C. As relações de amizade na infância: fator de socialização e desenvolvimento pessoal. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.